



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR**, empresa de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, com sua sede fixada na Rua da Candelária nº 65 – 2º ao 10º e 12º andares – Centro - Rio de Janeiro – RJ – Cep. 20.091.020, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, a geração de energia elétrica delas decorrentes e a realização de serviços de engenharia e correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Dentro do escopo desse objeto, vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 2.007 MW, bem como a manutenção das condições para construção da terceira unidade núcleo-elétrica, denominada usina Angra 3, cujo estágio está descrito na Nota 8, todas integrantes da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA.

A totalidade da geração de energia elétrica é fornecida exclusivamente para a parte relacionada Furnas Centrais Elétricas S.A., único cliente da Companhia, mediante contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica.

A seguir, detalhes sobre as autorizações para construção e operação das usinas componentes da Central Nuclear:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL	LICENÇA PARA EXPLORAÇÃO		DATA DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Nº DE CLIENTES
		INICIAL	ATUAL		
ANGRA 1	657 MW	Portaria MME Nº 416 - 13/07/70	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	JAN/1985	1
ANGRA 2	1.350 MW	E.M. MME Nº 300 - 28/05/74	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	SET/2000	1
ANGRA 3	1.350 MW Previsão	Decreto Nº 75.870 13/06/75	Portaria DNAEE Nº 315 - 31/07/97	-	-



NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração da Companhia e foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores, além de regulamentações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conjugada com a legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desta forma, contemplam todas as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e regulamentações promulgadas através de Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Com a mudança das práticas contábeis brasileiras instituídas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou, conforme facultado pela Deliberação CVM nº 565/08, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não reapresentar as cifras de 31 de dezembro de 2007, como se as novas regras já estivessem vigentes naquela data.

Assim, foi praticado o previsto no parágrafo 1º, do artigo 186 da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que os ajustes decorrentes de mudança de critérios (ou práticas) contábeis devem ser lançados diretamente contra lucros acumulados. Com isso, a Companhia definiu a data de transição para adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2008, sendo, conforme previsto no item 3, do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, os ajustes decorrentes de mudança de práticas contábeis refletidos na conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008.

2.1 - Modificações introduzidas nas práticas contábeis brasileiras:

I - Que afetaram à Companhia.

a) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR

Substituição da Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos - DOAR pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. Consoante o item 51, do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia não está apresentando a DOAR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007. A Companhia já adotava prática de apresentar a DFC.

b) Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem por finalidade demonstrar o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e da alocação da riqueza gerada. A Companhia já adotava a prática de apresentar a DVA.

c) Intangível

Criação, no balanço patrimonial, de novo grupo de contas denominado Intangível, para fins de registro de direitos incorpóreos destinados à manutenção e operação da Companhia, nos termos do artigo 178 da Lei nº 11.638/07.



d) Resultado não operacional

Foi eliminada a segregação entre os resultados operacionais e os não operacionais. Os valores até então registrados em contas representativas de resultados não operacionais passam a ser classificados e apresentados como outras receitas ou outras despesas no grupo operacional.

e) Ajuste a valor presente

Em atendimento à Deliberação CVM nº 564/08, de 17/02/08, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, a ELETRONUCLEAR reconheceu ajuste a valor presente sobre a Obrigação para Desmobilização das Usinas Termonucleares Angra 1 e Angra 2 no passivo para descomissionamento. Conforme definições constantes do Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, uma parcela de tal ajuste líquida dos tributos federais, foi realizada na data de transição, contra a conta de lucros acumulados.

f) Valor de recuperação de ativos

Em atendimento aos requisitos emanados pela Deliberação CVM nº 527/07, de 01/11/07, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº 01 – Redução ao Valor recuperável de ativos, a Companhia realizou os testes necessários a fim de verificar a recuperabilidade de seus ativos.

g) Instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros em determinada categoria deve ser feita no momento de seu registro. Na aplicação inicial da Lei é permitido classificar os instrumentos financeiros na data de transição.

h) Reserva de capital – Doações e Subvenções para Investimentos

Em atendimento à Lei nº 11.638/07, à Medida Provisória nº 449/08 e ao Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, os saldos da reserva de capital – doações e subvenções para investimentos serão mantidos na conta até sua total utilização, e de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 07, aprovado pela Deliberação CVM nº 555/08, de 12/11/08 – quando ocorrer subvenção e assistência governamental, passa-se a aplicar o critério de reconhecimento de receita.

i) Lucros acumulados

Em atendimento à Lei nº 11.638/07, à Medida Provisória nº 449/08 e ao Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a conta de lucros acumulados passou a ter natureza absolutamente transitória. Dessa forma, o saldo existente na conta de lucros acumulados ao término do exercício está sendo proposto para pagamento de dividendos.

**j) Efeitos tributários da aplicação inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

A Companhia optou pelo Regime Tributário Transitório (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, do PASEP e da COFINS, para o biênio 2008 - 2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/76, de 15/12/76, vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, o IRPJ e a CSLL diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, foram registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a instrução CVM nº 371/02.

II – Que não afetaram a preparação e a apresentação das Demonstrações Contábeis**a) Ativo diferido**

Eliminação do grupo de contas denominado Ativo Diferido. A Companhia não tem registro de qualquer operação de ativo diferido.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Criação, no patrimônio líquido, de subgrupo de contas denominado Ajuste de Avaliação Patrimonial, destinado ao registro de efeitos decorrentes da variação de taxas de câmbio em investimentos e conversões de demonstrações contábeis apresentadas em moedas funcionais distintas da investidora. A Companhia não tem registro de qualquer operação decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

c) Reserva de reavaliação

Em atendimento às novas regras contábeis instituídas, fica proibida a reavaliação de ativos e o conseqüente reconhecimento de reserva de reavaliação. A Companhia não possui registro deste tipo de reserva.

d) Arrendamento mercantil

Obrigatoriedade de registro no Ativo Imobilizado dos direitos que a entidade detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendador os benefícios, riscos e controle sobre os bens. A Companhia não identifica nenhuma operação que se enquadre no Pronunciamento Técnico CPC nº 06, aprovado pela Deliberação CVM nº 554/08.

e) Remuneração baseada em ações

Os custos relacionados a remunerações baseadas em ações, concedidas aos executivos da entidade devem ser registrados e destacados nas demonstrações contábeis. A administração da Companhia não pratica remunerações que se enquadrem no Pronunciamento Técnico CPC nº 10, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

g) Resultados de exercícios futuros

Eliminação, no balanço patrimonial, do grupo de contas denominado Resultados de Exercícios Futuros. A Companhia não possui qualquer registro em conta de resultados de exercícios futuros.



III - Efeitos no resultado e patrimônio líquido decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, e disposições regulamentares estão demonstrados a seguir:

Descritivo	R\$ MIL	
	31/12/08	
	Prejuízo Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos contábeis de acordo com Lei nº 11.638/07	(282.070)	4.319.737
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-	(175.034)
Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	(106.513)	(106.513)
Diferenças temporárias de IR e CSLL	36.214	36.214
Participação nos resultados e lucros acumulados	7.201	7.201
Destinação do resíduo dos lucros acumulados	-	28.804
Saldos contábeis sem os efeitos da Lei nº 11.638/07	(345.168)	4.110.409

2.2 – Reclassificação de ativo atuarial

A ELETRONUCLEAR efetuou nas demonstrações contábeis do exercício findo em dezembro de 2007, a reclassificação da parcela excedente à obrigação atuarial de R\$ 136.662 mil, relativa aos contratos de dívidas não incluídas no valor justo dos ativos, originariamente demonstrada como retificadora no passivo, para o ativo circulante (R\$ 21.182 mil) e ativo não circulante – realizável a longo prazo (R\$ 115.480 mil).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras representam recursos mantidos no fundo extra mercado do Banco do Brasil e estão registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço. Por determinação legal, essas aplicações são efetuadas exclusivamente no Banco do Brasil S.A..

b) Concessionárias e permissionárias

O saldo das contas a receber de concessionárias e permissionárias é composto por créditos provenientes do suprimento de energia elétrica, registrados com base no regime de competência (Vide nota 4).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída de valor considerado suficiente pela administração da Companhia para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber.

d) Almoxarifado e estoque

- O concentrado de urânio em estoque, os serviços em curso correspondentes e os elementos de combustível nuclear disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, estão registrados pelos seus custos de aquisição;



- O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica (Vide Nota 5-a);
- Os materiais em estoque no almoxarifado, classificados no ativo circulante e não circulante realizável a longo prazo, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado (Vide nota 5-b);

e) Paradas programadas das usinas

Os custos incorridos com as paradas programadas das usinas, para troca dos elementos de combustível nuclear e manutenção, são inicialmente registrados no ativo circulante como despesas antecipadas e, após a retomada da operação das mesmas, são apropriados ao resultado, em quotas mensais, até o início das próximas paradas.

f) Investimentos

Os Investimentos, representados por participações societárias permanentes, são registrados pelo custo de aquisição.

g) Imobilizado

- O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear e apropriada ao resultado do exercício. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Instrução ANEEL nº 44, de 17/03/99, e atos complementares daquela Agência, demonstradas na Nota 8. A depreciação relativa ao equipamento geral (móveis, equipamentos, instrumentos e utensílios), vinculado às áreas de construção, é transferida para o custo das imobilizações em curso (Vide nota 8);
- Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos ao capital de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo;
- O mesmo procedimento foi adotado até o exercício de 1998 para os juros sobre o capital próprio, que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do serviço público de energia elétrica.
- Conforme dispensa prevista no Pronunciamento Técnico CPC nº 13 – adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, a Companhia efetuará a primeira análise periódica do prazo de vida útil econômica de seus bens a partir de 1º de janeiro de 2009.

h) Obrigações especiais

As contribuições recebidas da União, estados, municípios e terceiros, para a execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica, são registradas sob o título de obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e são demonstradas como redutoras do ativo imobilizado. A amortização relativa a essas obrigações mantém proporcionalidade com a depreciação dos ativos correspondentes (Vide nota 8).



i) Intangível

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador, que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos como despesa do exercício.

j) Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados na fase de estudo e pesquisas são reconhecidos como despesa quando incorridos. De acordo com a Nota Técnica nº 354/08-SRE/ANEEL de 26/11/08, Revisão Tarifária 2008, a ELETRONUCLEAR está desobrigada de aplicar recursos em P&D e Eficiência Energética.

k) Avaliação do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado, mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinado o tamanho de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação, que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados, com base nas premissas adotadas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

l) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

m) Obrigações para desmobilização de ativos

O passivo para descomissionamento, classificado no passivo não circulante, destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização das usinas nucleares. Esse passivo refere-se ao valor estimado, em dólares norte-americanos, dos gastos com o desmantelamento e a descontaminação dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica das usinas, e tem sua contrapartida apropriada ao resultado do exercício à razão de 1/40 avos ao ano, prazo esse compatível ao utilizado para depreciação das usinas, consideradas as adições à instalação original (Vide nota 13).

**n) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

O imposto de renda da pessoa jurídica é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, com estimativa mensal, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10% sobre o lucro real, conforme definido pela legislação tributária aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido, calculada da mesma forma do imposto de renda, possui uma alíquota de 9% sobre o lucro real (Vide nota 7).

o) Provisão para contingências judiciais

As provisões para contingências judiciais estão registradas, até a data do balanço, pelo montante do risco que representam para o patrimônio da ELETRONUCLEAR, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia (Vide nota 14).

p) Benefícios pós-emprego

Os benefícios concedidos a empregados, incluindo os planos de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Real Grandeza – Fundação de Previdência e Assistência Social e ao NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social, são reconhecidos nos termos da Deliberação CVM nº 371/00, com base em cálculos atuariais elaborados por atuários independentes (Vide nota 21).

q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, pela taxa de câmbio vigente, nas datas das transações. Os saldos das contas representativas são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. Os ganhos e as perdas, decorrentes da flutuação cambial verificada nas liquidações das operações e da conversão para reais de ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício e, quando aplicável nas imobilizações em curso.

r) Atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os direitos e obrigações, sujeitos a reajustes em função de variações monetárias, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até a data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício e, quando aplicável, nas imobilizações em curso.

s) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos e passivos, à exceção dos estoques, estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos.

t) Recursos destinados a aumento de capital

Os recursos destinados a aumento de capital, oriundos da controladora ELETROBRÁS, revestidos da característica de irreversibilidade, estão apresentados neste grupamento.



u) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais incidentes sobre empréstimos e financiamentos obtidos e sobre passivo para descomissionamento.

v) Resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime de competência.

w) Práticas contábeis críticas

Práticas contábeis críticas são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos mais subjetivos e complexos e, portanto, mais difíceis, por parte da administração da Companhia, frequentemente como decorrentes da necessidade de fazer estimativas que têm impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição financeira e de resultado das entidades e que são inerentemente incertas. À medida que aumenta-se o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, os julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações contábeis, a administração da Companhia adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento. Portanto, os resultados reais futuros podem ser distintos dos estimados, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento efetuado.

A administração da Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive variáveis e premissas utilizadas nas estimativas da principal prática contábil crítica, como a seguir:

- Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Companhia adota variáveis e premissas, em teste, de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de “impairment”, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela administração, na determinação do fluxo de caixa futuro descontado para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica e a taxa de crescimento da atividade econômica no país.

**NOTA 4 - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

Em 10 de julho de 2001, foi assinado entre a ELETRONUCLEAR e FURNAS o contrato de compra e venda de energia elétrica, associada às usinas Angra 1 e Angra 2, com vigência a partir de 1º de julho de 2001.

A posição das contas a receber de Suprimento de Energia para FURNAS, em 31 de dezembro, é a seguinte:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2008			2007		
	VENCIDO	A VENCER	TOTAL	VENCIDO	A VENCER	TOTAL
Energia contratada	-	161.923	161.923	-	184.104	184.104
Desvio positivo	-	97.426	97.426	-	67.022	67.022
Energia não despachada	-	24.688	24.688	-	25.846	25.846
TOTAIS	-	284.037	284.037	-	276.972	276.972

O faturamento do desvio de suprimento e da energia disponibilizada, mas não despachada pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, monta o valor líquido de R\$ 122.114 mil (R\$ 92.868 mil - 2007). Deste saldo, a parcela de R\$ 91.710 mil (R\$ 91.710 mil - 2007) refere-se ao suprimento do período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ainda sob o efeito de liminares judiciais movidas por empresas do setor para suspensão de pagamento e que, deverá ser pago por FURNAS cinco dias úteis após a mesma receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (anteriormente Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE) os recursos provenientes da comercialização dessa energia.

NOTA 5 - ESTOQUE E COMBUSTÍVEL NUCLEAR**a) Combustível nuclear – Estoque e Serviço em Curso**

O combustível nuclear utilizado nas usinas nucleares Angra 1 e Angra 2 é constituído de elementos fabricados com componentes metálicos e pastilhas de urânio em seu interior.

Na sua etapa inicial de formação são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante realizável a longo prazo nas contas de estoque de concentrado de urânio e serviço em curso - combustível nuclear, respectivamente. Após concluído o processo de fabricação, tem-se o elemento de combustível nuclear pronto, cujo valor é classificado em dois grupos contábeis: no ativo circulante é registrada a parcela relativa à previsão do consumo para os próximos 12 meses e, no não circulante realizável a longo prazo, a parcela restante.

A amortização mensal na despesa operacional é feita de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento.



Abaixo, quadro com a composição em 31 de dezembro do estoque total de concentrado de urânio, serviço em curso e elementos prontos:

COMBUSTÍVEL NUCLEAR	R\$ MIL	
	2008	2007
- Concentrado de urânio	104.442	71.301
- Serviço em curso	214.751	148.639
- Elementos prontos	433.639	437.958
TOTAL	752.832	657.898

b) Material de almoxarifado

Devido às características próprias e específicas dos projetos de usinas nucleares e, considerando serem seus componentes e respectivos sobressalentes de fabricação restrita, reduzida e na sua quase totalidade adquirida do exterior, é necessário que se mantenha em estoque uma gama de material adequado e compatível às necessidades específicas a cada usina, de modo a garantir a sua performance e fluxo contínuo de operação.

Em 31/12/08, o saldo da conta Material de almoxarifado no ativo circulante totaliza R\$ 36.161 mil (R\$ 42,990 mil - 31/12/07) e no ativo realizável a longo prazo R\$ 259.213 mil (R\$ 242.615 mil - 31/12/07).

NOTA 6 – FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO

O descomissionamento de usinas nucleares constitui-se de um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

Para permitir a inserção na ELETRONUCLEAR dos custos a serem incorridos com o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, vem sendo constituído contabilmente um passivo formado de quotas mensais, fixadas com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia, conforme Nota 13.

De acordo com a determinação do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, as atribuições pelas atividades de instituir e viabilizar o fundo financeiro para fazer face ao efetivo descomissionamento das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, ao final da vida útil econômica das referidas usinas, foram atribuídas a ELETROBRÁS.

Desta forma, e em cumprimento as recomendações do Relatório do Grupo de Trabalho de 05/12/2007, a ELETRONUCLEAR apresentou em dezembro de 2007, à ELETROBRÁS, os valores estimados do passivo para o descomissionamento, para permitir àquela controladora a realização dos cálculos das parcelas a serem recolhidas ao fundo financeiro a partir de 2008, de modo que, ao final da vida útil econômica de cada usina, esse fundo com os respectivos rendimentos a serem auferidos, atinja os montantes estabelecidos em US\$ 307 milhões para Angra 1 e US\$ 426 milhões para Angra 2.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Também, conforme recomendação do Relatório supramencionado, a ELETRONUCLEAR, a partir de 2008, deveria efetuar mensalmente os depósitos à conta do Fundo Financeiro, após a ELETROBRÁS instituí-lo, para a efetiva formação financeira do Fundo.

A ELETROBRÁS, através da Carta CTA-PR-449, encaminhada à ELETRONUCLEAR em 15/01/08, fixou as diretrizes para a implementação do fundo financeiro, informando a Conta Corrente para os depósitos, as datas de recolhimentos, bem como os valores das quotas mensais a serem recolhidas no exercício de 2008.

Assim sendo, a ELETRONUCLEAR, em 20/02/08, iniciou o processo de pagamentos à ELETROBRÁS para os devidos recolhimentos ao fundo financeiro para o descomissionamento, com os depósitos da quota inicial do parcelamento das competências 2005/2006/2007 e, da primeira quota da parcela relativa ao exercício de 2008. Os pagamentos à ELETROBRÁS das demais quotas de competência do exercício financeiro de 2008 foram efetuadas nos prazos por ela estipulados.

Ao final do exercício de 2008, a ELETROBRÁS informou à ELETRONUCLEAR os rendimentos financeiros incorridos durante o exercício sobre as aplicações ao Fundo, com as devidas tributações do imposto de renda de fonte.

O registro contábil do repasse à ELETROBRÁS para os depósitos no fundo financeiro para o descomissionamento está sendo consignado à conta de fundo vinculado do ativo não circulante, no realizável a longo prazo. Os rendimentos financeiros líquidos do imposto de renda foram adicionados ao saldo dessa conta e o valor do imposto de renda retido sobre tais rendimentos em nome da ELETROBRÁS foi contabilizado em contas a receber, do ativo circulante.

Abaixo, o quadro da composição do fundo financeiro na posição de 31 de dezembro de 2008:

FUNDO FINANCEIRO PARA O DESCOMISSIONAMENTO			
DESCRIPTIVO		US\$ MIL	R\$ MIL
QUOTAS	Quotas dos exercícios 2005/2006/2007	3.971	7.286
DEPOSITADAS	Quotas do ano corrente	14.497	26.098
	TOTAL	18.468	33.384
Rendimentos líquidos auferidos no exercício de 2008			8.476
SALDO EM 31/12/08			41.860

NOTA 7 - ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

A Companhia possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 1.641.135 mil (R\$ 1.585.942 mil - 2007) e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.838.628 mil (R\$ 1.774.181 mil - 2007), cujos créditos fiscais correspondentes não estão contabilizados por força da Instrução CVM nº 371/02 (Ver nota 16). Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa da CSLL são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável do exercício, sem prazo de prescrição.

NOTA 8 - IMOBILIZADO

Abaixo, quadro com a composição do imobilizado em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	% Taxas Anuais Médias de Depreciação	2008			2007
		Custo	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
EM SERVIÇO					
Geração Termonuclear	3,3	6.048.244	(2.042.099)	4.006.145	4.175.696
Angra 1		952.025	(688.570)	263.455	272.183
Angra 2		5.022.077	(1.317.026)	3.705.051	3.868.517
Outros		74.142	(36.503)	37.639	34.996
Administração	10	14.754	(6.851)	7.903	5.882
Total em Serviço		6.062.998	(2.048.950)	4.014.048	4.181.578
EM CURSO					
Geração Termonuclear		2.561.144	-	2.561.144	2.282.835
Angra 1		678.284	-	678.284	518.139
Angra 2		96.736	-	96.736	74.789
Angra 3		1.683.732	-	1.683.732	1.611.428
Outros		102.392	-	102.392	78.479
Administração		410	-	410	4.170
Total em Curso		2.561.554	-	2.561.554	2.287.005
TOTAL		8.624.552	(2.048.950)	6.575.602	6.468.583
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	3,3 / 10	(47.551)	45.306	(2.245)	(3.821)
VALOR LÍQUIDO		8.577.001	(2.003.644)	6.573.357	6.464.762

Os bens e instalações utilizados na produção são vinculados ao serviço público de energia elétrica, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador, segundo a legislação federal vigente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Nos exercícios de 2008 e 2007, foram transferidos do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço, os custos de adições das usinas Angra 1 e 2 e de infra-estrutura, totalizando R\$ 31.799 mil em 2008 e R\$ 44.417 mil em 2007.



O valor apresentado como retificação do ativo não circulante imobilizado, sob o título de obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, refere-se principalmente à verba federal de recursos concedidos pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, aplicada na construção da usina Angra 1, por ocasião do seu início. Em virtude de sua natureza, esse valor não representa obrigação financeira para a Companhia.

A administração da Companhia avalia em bases periódicas, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

São identificadas as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos e determinado o tamanho de eventuais perdas. Quando não for possível, ou quando impraticável estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante estimado da recuperação da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo.

Na avaliação do valor justo, são utilizados fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por taxa de desconto anterior à tributação que reflete uma avaliação de mercado corrente no tempo, valor do dinheiro e riscos específicos relacionados ao ativo ou grupo de ativos.

Os resultados encontrados, com base nas premissas adotadas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na ELETRONUCLEAR.

Imobilizado em Serviço

Composto do seguinte:

- Usina Angra 1, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/01/85;
- Usina Angra 2, que iniciou sua produção comercial de energia em 01/09/00;
- Equipamentos de Informática, programas de computador, veículos, mobiliários e equipamentos diversos.

Imobilizado em Curso

Composto do seguinte:

- Usina Angra 1 – Aquisição e instalação dos novos geradores de vapor e outras adições;
- Usina Angra 2 – Obras complementares, melhores e adições;
- Usina Angra 3 – Custo inicial do empreendimento;
- Outros – Obras e instalações de infraestrutura.

Empreendimento Usina Angra 3

O principal componente do ativo imobilizado em curso é o empreendimento Angra 3, com investimentos realizados totalizando R\$ 1.683.732 mil em 31/12/08 (R\$ 1.611.428 mil - 31/12/07), cujas ações com vistas ao seu desenvolvimento, no momento sendo conduzidas, podem ser classificadas como provenientes de quatro grupos distintos:

- Ações provenientes das avaliações governamentais para a retomada do empreendimento;
- Ações referentes ao processo de licenciamento ambiental junto ao IBAMA;



- Ações referentes ao processo de licenciamento de segurança nuclear junto à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;
- Ações preparatórias para a retomada da construção.

A partir da resolução nº 3/2007, de 25 de junho de 2007, na qual o Conselho Nacional de Política Energética determinou que a ELETROBRÁS e a ELETRONUCLEAR conduzissem a retomada da construção da usina nuclear Angra 3, diversas ações foram tomadas, dentre as quais destacam-se:

- Finalizada a apreciação legal dos contratos já assinados, realizada pelo Ministério das Minas e Energia – MME e pela Casa Civil da Presidência da República, tendo por conclusão que os mesmos são válidos;
- Realizadas, em março de 2008, quatro novas audiências públicas referentes ao processo de licenciamento ambiental (Angra dos Reis, Paraty, Rio Claro e Ubatuba);
- Expedida pelo IBAMA, em 23 de julho de 2008, a licença prévia para o empreendimento;
- Respondidas pela ELETRONUCLEAR, todas as condicionantes requeridas pela licença prévia;
- Submetido ao IBAMA o PBA – Plano Básico Ambiental;
- Requerida ao IBAMA a licença de instalação;
- Em andamento na CNEN a análise da documentação necessária à emissão da LC – Licença de Construção, referente ao processo de licenciamento de segurança nuclear;
- Concluída as atividades referentes ao PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Consulta Prévia ao BNDES, com vistas ao financiamento de parte do empreendimento, encaminhada por meio da Correspondência DA.094/08, de 27/11/08.

A ELETRONUCLEAR vem dando continuidade às atividades preparatórias que antecedem ao reinício formal da construção da usina Angra 3, caracterizada pelo início de execução dos serviços de concretagem da laje de fundação do edifício do reator.

Dentre essas atividades preparatórias em andamento, destacam-se:

- Atividades de canteiro autorizadas pelo IBAMA (estação de tratamento de efluentes e sistema de distribuição de energia do canteiro);
- Renegociações de contratos com a AREVA (serviços e suprimentos importados), Andrade Gutierrez (Construção Civil), CONFAB (fornecimento de tanques e vasos de pressão), BARDELLA (fornecimento de guindastes e pórticos) e com a NUCLEP (fornecimento de condensador principal);
- Preparação da documentação técnica e comercial, com vistas às licitações e às renegociações contratuais para os serviços de engenharia de detalhamento e montagem eletromecânica;
- Tratativas com a ELETROBRÁS, com vistas aos financiamentos para o empreendimento;
- Tratativas com o MME e ELETROBRÁS com vista à definição do modelo de comercialização da energia a ser gerada pela usina;
- Execução de atividades preparatórias de engenharia e de planejamento do empreendimento.

**NOTA 9 – INTANGÍVEL**

A Lei nº 11.638/07 de 28/12/07, no artigo 178, criou o grupo contábil Intangível no Ativo Não Circulante, cujo conteúdo e definições foram posteriormente estabelecidos pelo do Pronunciamento Técnico CPC nº 13, aprovado pela na Deliberação CVM nº 565/08.

O ativo não circulante - intangível da Companhia compõe-se basicamente da aquisição de licença de uso do software do seu sistema corporativo central, denominado SAP R/3 e, de outros softwares aplicativos de uso específico e geral de valores substanciais, estando os mesmos registrados pelo custo de aquisição.

Esses bens, anteriormente, eram contabilizados no conjunto do ativo não circulante no grupo contábil Imobilizado, conforme estabelecia o plano de contas do serviço público de energia elétrica promulgado pela ANEEL.

Abaixo, quadro com a composição do Intangível em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	% Taxa Anual Média de Amortização	R\$ MIL			
		2008			2007
		Custo	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço	20%	25.276	(19.281)	5.995	8.854
Em curso		21.921	-	21.921	11.428
TOTAIS		47.197	(19.281)	27.916	20.282

NOTA 10 - FORNECEDORES

O saldo do Grupo Contábil Fornecedores está composto de contas a pagar a empresas que fornecem materiais para o estoque do almoxarifado da operação, materiais e serviços para o estoque de combustível nuclear e para aplicação direta no investimento e nas atividades estruturais da ELETRONUCLEAR, e encargos de uso da rede elétrica.

A variação cambial destacada refere-se à atualização das faturas em moedas estrangeiras já processadas, desde seus registros até 31 de dezembro.

Abaixo, quadro com a composição da dívida com Fornecedores:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL					
	2008			2007		
	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO	NACIONAL	EXTERIOR	SALDO
Faturas processadas	98.467	27.244	125.711	97.012	38.701	135.713
Varição cambial	-	5.616	5.616	-	(2.895)	(2.895)
Provisão serviços	40.176	21.990	62.166	52.037	23.139	75.176
Saldos em 31 de dezembro	138.643	54.850	193.493	149.049	58.945	207.994
	71,7%	28,3%	100%	71,7%	28,3%	100%

**NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos, na sua totalidade contratados com a ELETROBRÁS, registrados no passivo circulante e no passivo não circulante, em 31 de dezembro são:

- a) A composição dos Empréstimos com a ELETROBRÁS de forma analítica está assim distribuída:

EMPRÉSTIMOS ELETROBRÁS	R\$ MIL							
	2008				2007			
	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL	ENCARGOS	PRINCIPAL		TOTAL
C.PRAZO		L.PRAZO	C.PRAZO			L.PRAZO		
EM EURO								
Bancos alemães	765	62.222	186.667	249.654	1.751	119.179	476.717	597.647
Renegociações	-	-	-	-	466	32.504	130.015	162.985
Total	765	62.222	186.667	249.654	2.217	151.683	606.732	760.632
EM REAL								
ANGRA 1 e 2	-	1.439	1.332.761	1.334.200	2.041	-	646.360	648.401
Capital de Giro	1.409	-	1.312.671	1.314.080	2.223	26.304	1.011.635	1.040.162
	1.409	1.439	2.645.432	2.648.280	4.264	26.304	1.657.995	1.688.563
TOTAL GERAL	2.174	63.661	2.832.099	2.897.934	6.481	177.987	2.264.727	2.449.195

Os empréstimos em moeda estrangeira referem-se a repasse de financiamentos contraídos junto aos bancos alemães DRESNER BANK e KFW, aplicados na construção da usina Angra 2.

Também foram contraídos com a ELETROBRÁS financiamentos em moeda nacional para as diversas etapas da construção da usina Angra 2 e para a troca dos geradores de vapor da usina Angra 1.

- b) Composição dos empréstimos e financiamentos por moeda:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
Moeda estrangeira - Euro	249.654	760.632
Moeda nacional	2.648.280	1.688.563
	2.897.934	2.449.195

- c) Principais indicadores utilizados para atualização dos empréstimos com as respectivas variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	2008	2007	VARIAÇÃO PERCENTUAL
EURO x R\$	3,23815	2,60859	24,13%
IGPM2	531,44200	483,97600	9,81%



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

d) Dívida total de longo prazo em 31 de dezembro, com seus vencimentos programados:

ANO	R\$ MIL	
	2008	2007
2009	-	154.914
2010	82.105	154.501
2011	82.411	154.895
2012	128.214	170.348
2013	76.650	38.944
2014	78.538	42.621
2015	62.757	34.097
Após 2015	2.321.424	1.514.407
	2.832.099	2.264.727

e) Mutações dos Empréstimos

Descritivo	R\$ MIL				
	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA		TOTAL
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	85.718	1.246.570	166.894	819.949	2.319.131
Ingressos de principal	24.807	38.174	-	-	62.981
Refinanciamentos	-	152.732	(150.441)	-	2.291
Encargos	180.285	-	102.608	-	282.893
Variação monetária e cambial	(973)	77.083	(16.745)	(61.572)	(2.207)
Transferência para o circulante	-	-	151.645	(151.645)	-
Incorporação encargos ao principal	(143.436)	143.436	-	-	-
Amortização	(115.833)	-	(100.061)	-	(215.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2007	30.568	1.657.995	153.900	606.732	2.449.195
Ingressos	-	101.200	-	-	101.200
Refinanciamentos	-	695.637	(277.733)	(414.239)	3.665
Encargos	264.627	-	57.726	-	322.353
Variação monetária e cambial	33	126.837	26.231	25.285	178.386
Transferência para o circulante	2.557	(75.399)	103.953	(31.111)	-
Incorporação encargos ao principal	(139.162)	139.162	-	-	-
Amortização	(155.774)	-	(1.091)	-	(156.865)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.849	2.645.432	62.986	186.667	2.897.934

NOTA 12 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

A composição das obrigações com tributos e contribuições sociais, que se apresentam consignados no passivo circulante e passivo não circulante, na sua totalidade a vencer e sem registro de qualquer inadimplência, apresenta-se conforme segue:



DESCRIÇÃO	R\$ MIL			
	2008		2007	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
IRPJ e CSLL diferidos	-	169.464	-	-
PASEP e COFINS	12.761	-	13.160	-
PASEP e COFINS - parcelamento	10.832	38.639	-	-
IPTU - parcelamento CNAAA	5.086	40.689	9.791	39.163
II - Imposto de Importação	2.218	-	1.485	-
IRRF - juros ELETROBRÁS	6.697	-	9.870	-
CIDE - parcelamento e outros	1.173	-	2.632	297
INSS	6.109	-	5.481	-
INSS - parcelamento processos	1.953	6.903	1.900	8.250
ISS sobre importação	1.135	-	1.335	-
FGTS	2.186	-	1.934	-
Outros	2.918	172	2.500	447
	53.068	255.867	50.088	48.157

NOTA 13 - DESCOMISSIONAMENTO DAS USINAS NUCLEARES

a) Constituição do Passivo

O descomissionamento de usinas nucleares refere-se à obrigação para desmobilização dos ativos destas usinas, para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas. A formação dessa obrigação é constituída de um passivo formado em quotas mensais, fixadas com base em estudos técnicos elaborados pela Companhia.

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas e considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

O estudo técnico elaborado em 2001 apontava que o custo estimado inicialmente (1985) para usina Angra 1, equivalente a US\$ 111 milhões, era insuficiente e foi ajustado naquele exercício para US\$ 197,8 milhões, mantendo o término de sua vida útil estimado para dezembro de 2014, enquanto que para a usina Angra 2 manteve-se o valor inicial estimado que era de US\$ 240 milhões, com o término de vida útil previsto para agosto de 2030.

Em 05 de dezembro de 2007, foi concluído um novo relatório sobre o tema Descomissionamento, elaborado por um Grupo de Trabalho especialmente designado pela diretoria da ELETRONUCLEAR, que dentre outras atribuições, objetivava a atualização dos valores para ajuste do passivo para o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2.



Nesse contexto, o relatório aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RDE nº 856.002/07, de 11/12/07, demandou as seguintes providências implementadas nesse exercício:

- Alteração do valor estimado para o descomissionamento a ser incorrido ao final da vida útil econômica da usina Angra 1, para US\$ 307 milhões, e da usina Angra 2, para US\$ 426 milhões;
- Alteração do prazo de constituição das quotas do passivo para o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2, para 40 anos, prazo este devidamente compatível com o prazo estabelecido pela ANEEL para a depreciação das usinas, considerando as adições implementadas a essas instalações;
- Ajuste contábil no resultado, de modo que o novo passivo passe a representar a proporcionalidade dos novos valores e prazos estabelecidos, correspondente à quantidade de quotas de competências já incorridas desde a data de entrada em operação de cada usina.

O saldo do passivo para descomissionamento, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 637.884 mil (R\$ 451.017 mil – 31/12/07).

O quadro abaixo resume a posição atual dos valores correspondentes ao passivo constituído para o descomissionamento, antes do ajuste a valor presente, classificados no passivo não circulante:

US\$ MIL - R\$ MIL						
USINA	MOEDA	SALDO DEZ/07	INGRESSO 2008	SALDO DEZ/08	A REALIZAR	ESTIMATIVA TOTAL
ANGRA 1	US\$	176.225	7.975	184.200	122.800	307.000
	R\$	312.678	117.797	430.475	286.984	717.459
ANGRA 2	US\$	78.100	10.650	88.750	337.250	426.000
	R\$	138.339	69.070	207.409	788.153	995.562
TOTAL	US\$	254.325	18.625	272.950	460.050	733.000
	R\$	451.017	186.867	637.884	1.075.137	1.713.021
				37%	63%	100%

b) Ajuste a valor presente

Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, lei das sociedades por ações, sobretudo em seu capítulo XV, que trata da escrituração, elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Uma das alterações relevantes da Lei nº 11.638/07, foi a alteração do artigo 184, inciso III, da Lei nº 6.404/76, que passa a determinar que as obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente. A regulamentação desse novo conceito de ajuste a valor presente está consubstanciada na Deliberação CVM nº 564 de 17/12/2008, que aprova Pronunciamento Técnico CPC nº 12, caracterizando o passivo para descomissionamento como um item passível de ajuste.



No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, foi considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado à taxa de 8,57% ao ano, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço em 31/12/2008. A mencionada taxa foi fixada para o ajuste a valor presente de todas as empresas do sistema ELETROBRÁS, através dos Memorandos DFN nº 194/07 de 14/05/07 e DFN nº 253/08 de 08/07/08, estando aprovada pela diretoria executiva daquela Empresa, através da Resolução nº 045/07 de 16/01/07.

O valor presente das duas usinas foi de R\$ 266.168 mil, que deduzido do saldo do passivo, registrado em 31/12/08 de R\$ 637.884 mil, resultou em um ajuste a valor presente de R\$ 371.716 mil para as duas usinas.

O Pronunciamento Técnico CPC nº 13, aprovado pela Deliberação CVM nº 565/08 de 17/12/08, em seu item 28, determina que as empresas ajustem diretamente em lucros ou prejuízos acumulados, os efeitos da Lei nº 11.638/07, líquido dos efeitos fiscais, incidentes sobre o saldo das contas ajustadas no balanço de abertura de 2008.

O valor total do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é de R\$ 371.716 mil, sendo R\$ 265.203 mil de competência de exercícios anteriores (registrado na conta de lucros acumulados, deduzido do imposto de renda e contribuição social de R\$ 90.169 mil, perfazendo um total de R\$ 175.034 mil), e R\$ 106.513 mil de competência do exercício de 2008 (registrado no resultado financeiro do exercício). Sobre a parcela do exercício, também incidiu despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 36.215 mil, registrada no resultado de 2008.

Após consignado o ajuste a valor presente sobre a estimativa de custo para descomissionamento, a posição retificada do passivo é a seguinte:

PASSIVO PARA DESCOMISSIONAMENTO EM 31/12/08 - R\$ MIL			
USINAS	PASSIVO CONSTITUÍDO	AJUSTE A VR PRESENTE	VALOR PRESENTE
ANGRA 1	430.475	(237.971)	192.504
ANGRA 2	207.409	(133.745)	73.664
TOTAL	637.884	(371.716)	266.168

NOTA 14 - CONTINGÊNCIAS

a) Os registros contábeis e as operações estão sujeitos a exame por parte das autoridades fiscais, durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação aplicável.

b) A Companhia, amparada pela sua Procuradoria Jurídica, mantém o registro no passivo não circulante, de provisão para contingências judiciais, consideradas de perda provável para a Companhia, conforme quadro abaixo:



CONTINGÊNCIAS	R\$ MIL					
	2008			2007		
	Provisão		Depósitos Judiciais	Provisão		Depósitos Judiciais
	No exercício	Acumulada		No exercício	Acumulada	
TRABALHISTAS						
Data-Base dos Engenheiros	-	15.732	-	-	15.732	-
Diferenças de remunerações	3.581	5.871	2.352	586	2.290	1.727
Planos Bresser, Collor, etc.	1.117	2.828	1.101	94	1.711	1.048
Outras	80	263	182	(661)	183	136
	4.778	24.694	3.635	19	19.916	2.911
CÍVEIS						
Desapropriações	30	8.790	226	30	8.760	226
Responsabilidade civil	171	993	197	(51)	822	413
Outros	532	785	859	103	253	-
	733	10.568	1.282	82	9.835	639
TRIBUTÁRIAS						
Tributos Municipais	-	-	-	(2.580)	-	-
Tributos Federais	6.076	6.095	-	19	19	-
INSS	-	11.991	3.325	-	11.991	3.301
	6.076	18.086	3.325	(2.561)	12.010	3.301
TOTAL	11.587	53.348	8.242	(2.460)	41.761	6.851
Total das contingências líquidas		45.106			34.910	

A Ação trabalhista Data-Base dos Engenheiros, no valor de R\$ 15.732 mil, refere-se à reclamação trabalhista movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro contra FURNAS Centrais Elétricas S.A., ajuizada antes da data da cisão daquela empresa, que contempla empregados transferidos por sucessão trabalhista para a ELETRONUCLEAR. Tal contingência é integralmente de responsabilidade de FURNAS, conforme previsto no item 5, do Termo Aditivo ao Protocolo ajustado com FURNAS em 23/05/97, estando portanto correspondida a um direito de igual valor registrado na conta "Outros direitos" no ativo não circulante - realizável a longo prazo.

De acordo com a Deliberação CVM nº 489, de 03/10/05, o montante em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 8.242 mil (R\$ 6.851 mil - 31/12/07) dos depósitos judiciais referentes a contingências de perda provável, destacado no quadro acima, está apresentado deduzido no passivo contingente correspondente, no passivo não circulante.

c) A ELETRONUCLEAR possui também registros de outros depósitos judiciais, consignados no ativo não circulante - realizável a longo prazo, no valor de R\$ 6.165 mil, de perda possível e remota (R\$ 5.414 mil - 31/12/07), na conta cauções e depósitos vinculados.

d) Conforme informações adicionais da Procuradoria Jurídica da Companhia, os processos judiciais movidos na condição de perda possível contra a Companhia, não provisionados, montam R\$ 46.347 mil em 31/12/08 (R\$ 45.592 mil - 31/12/07), sendo R\$ 34.852 mil de processos de natureza trabalhista (R\$ 32.553 mil - 31/12/07), R\$ 9.022 mil de ações



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

tributárias (R\$ 6.959 mil - 31/12/07) e outros de natureza civil no valor de R\$ 2.473 mil (R\$ 6.080 mil - 31/12/07).

e) Também informa a Procuradoria Jurídica que os processos de contingência ativa com expectativa de ganho possível para retorno de caixa à ELETRONUCLEAR, não provisionados, somam R\$ 8.124 mil (R\$ 8.124 mil - 31/12/07), referentes a processos tributários federais.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Aumento de Capital

Em 29 de dezembro de 2008, foi realizada a 78ª Assembléia Geral Extraordinária da ELETRONUCLEAR, que homologou o aumento de capital social da Companhia de R\$ 264.010,27, mediante a incorporação de crédito resultante de Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital efetuada pela ELETROBRÁS, com a emissão de 572.450 ações ordinárias e 160.912 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, passando, por conseguinte, o Capital Social da Companhia de R\$ 3.295.767.885,29 para R\$ 3.296.031.895,56. As novas ações foram integralmente subscritas pelo acionista controlador ELETROBRÁS, tendo em vista que nenhum dos acionistas minoritários exerceu a opção da subscrição prevista no artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

b) Composição acionária

O capital social, representado por ações sem valor nominal, está assim distribuído:

SÍNTESE DO CAPITAL SOCIAL				
TIPO DE AÇÕES	2008		2007	
	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -	Quantidade de ações	Valor do Capital Social - Reais -
Ordinárias	9.620.213.143	2.572.829.267,12	9.619.640.693	2.572.623.185,12
Preferenciais	2.704.168.333	723.202.628,44	2.704.007.421	723.144.700,17
TOTAL	12.324.381.476	3.296.031.895,56	12.323.648.114	3.295.767.885,29

As ações ordinárias são nominativas, com direito a voto.

As ações preferenciais são nominativas, sem direito a voto, não podendo ser convertidas em ações ordinárias, e terão as seguintes preferências ou vantagens, de acordo com o Estatuto da Companhia:

- prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio;
- dividendo prioritário, mínimo cumulativo de 10% ao ano, e participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias
- de condições, com as ações ordinárias nos lucros que remanescerem depois de pago um dividendo de 12% ao ano às ações ordinárias;



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

- direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias sobre alterações no Estatuto.

Também de acordo com o Estatuto, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório anual calculado na base de 25% do lucro líquido, ajustado segundo a Lei das Sociedades por Ações.

c) Reservas de Capital

As reservas de capital compõem-se da remuneração das imobilizações em curso no montante de R\$ 903.064 mil (2007 - R\$ 903.064 mil).

d) Reservas de Lucros

As reservas de lucros compõem-se pela reserva legal de R\$ 16.818 mil (R\$ 16.818 mil - 31/12/07), e pela reserva de retenção de lucros de R\$ 103.823 mil (R\$ 103.823 mil - 31/12/07), totalizando R\$ 120.641 mil (R\$ 120.641 mil - 31/12/07).

NOTA 16 – CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA NO RESULTADO

a) Lucro Real e Base para Contribuição Social

O cálculo, com as taxas efetivas e nominais, para a provisão das despesas da contribuição social e do imposto de renda está demonstrado a seguir:

DESCRITIVO	R\$ MIL			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2008	2007	2008	2007
Lucro (Prejuízo) antes da contribuição social, do imposto de renda e da participação nos lucros	(202.775)	125.867	(202.775)	125.867
- Participação nos lucros	-	(6.987)	-	(6.987)
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	(202.775)	118.880	(202.775)	118.880
Adições				
- Variação cambial passiva total - temporária	431.986	151.296	431.986	151.296
- Variação cambial ativa liquidada - temporária	17.225	7.149	17.225	7.149
- Dotação à FEAM Fund.de Assist.Medica - permanente	18.367	15.274	18.367	15.274
- Provisão para contingências	11.738	120	11.738	120
- Multas não dedutíveis(Parcélamento Cofins e Pasep)	8.857	-	-	-
- Outras	1.017	6.749	620	6.290
	489.190	180.588	479.936	180.129
Exclusões				
- Variação cambial ativa total - temporária	220.213	312.734	220.213	312.734
- Variação cambial passiva liquidada - temporária	17.865	1.215	17.865	1.215
- Ativo atuarial Fundação Real Grandeza - permanente	(9.953)	136.661	(9.953)	136.661
- Ajuste a valor presente - Descomissionamento	106.513	-	106.513	-
- Outras	6.970	2.581	6.970	2.581
	341.608	453.191	341.608	453.191
Prejuízo fiscal / Base negativa da contribuição social	(55.193)	(153.723)	(64.447)	(154.182)

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em conformidade com a Lei nº 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08 e o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, a Companhia está constituindo a provisão para imposto de renda e contribuição social diferida sobre a parcela do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento, que resultou em um registro no passivo não circulante de R\$ 126.383 mil, tendo como contrapartida um débito ao resultado de R\$ 36.214 mil e um débito a lucros acumulados de R\$ 90.169 mil, inerente à parcela do ajuste a lucros acumulados.

Também foi constituída a provisão para imposto de renda e contribuição social para o ativo atuarial da Fundação Real Grandeza, calculado pela Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 43.081 mil.

NOTA 17 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em conformidade com a Lei nº 11.638/07, a Medida Provisória nº 449/08, e a CPC nº 13 - adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, o saldo existente na conta de lucros acumulados está sendo proposto para pagamento de dividendos.

A seguir, está demonstrado o cálculo da remuneração, partindo do saldo dos lucros acumulados ao final do exercício de 2007 e concluindo com o valor dos dividendos a pagar, em 31 de dezembro de 2008.

Descritivo	R\$ MIL
Saldo da conta de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2007	135.840
Ajuste dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 - Ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento	175.034
Prejuízo líquido do exercício de 2008	(282.070)
Valor líquido proposto para pagamento de dividendos	28.804

A proposta de distribuição dos dividendos será deliberada em Assembléia Geral, de acordo com a legislação societária.

NOTA 18 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 19/12/00, e Resolução nº 10, de 30/05/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE, a Companhia constituiu, ao final do exercício de 2008, provisão para pagamento a título de participação nos lucros e resultados, no valor de R\$ 7.200 mil (R\$ 6.987 mil - 2007).

A aprovação da proposta de distribuição da Participação nos Lucros e Resultados será deliberada em Assembléia Geral Ordinária.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

NOTA 19 - ENCARGOS FINANCEIROS E EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Os encargos financeiros e as variações monetárias estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, de acordo com a Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/96, conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
	GERAÇÃO	GERAÇÃO
Encargos financeiros contabilizados no resultado	335.510	294.449
(-) Transferências para o imobilizado em curso	19.518	16.105
Efeito líquido no resultado	315.992	278.344
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado	351.784	78.243
(-) Transferências para o imobilizado em curso	-	-
Efeito líquido no resultado	351.784	78.243

NOTA 20 – TAXAS REGULAMENTARES

A Companhia incorreu, no exercício de 2008, nos seguintes encargos do setor elétrico, apropriados ao resultado:

DESCRIÇÃO	R\$ MIL	
	2008	2007
Reserva Global de Reversão - RGR	40.641	34.711
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	6.453	5.966
Contribuição ao Operador Nacional do Sistema - ONS	66	76
TOTAL	47.160	40.753

NOTA 21 - PLANOS DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

A ELETRONUCLEAR é uma das patrocinadoras da REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social e do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social, entidades fechadas sem fins lucrativos, que têm por finalidade complementar benefícios previdenciários de seus participantes.

I) FUNDAÇÃO REAL GRANDEZA

a) Ativo atuarial

A REAL GRANDEZA tem como suas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, FURNAS Centrais Elétricas S.A. e a REAL GRANDEZA - Fundação de Previdência e Assistência Social.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Em 09/04/03, a Secretaria de Previdência Complementar, pelo Ofício nº 379/SPC/GAB/GCTA, aprovou o Convênio de Adesão e Compromisso de Autopatrocínio da REAL GRANDEZA ao Plano de Contribuição Definida - CD, o que possibilitou a adesão a partir de 01/05/03, de empregados do quadro próprio da Entidade ao referido Plano CD.

Atualmente, a REAL GRANDEZA administra dois planos de benefícios: um na modalidade de Benefício Definido - BD e outro na modalidade de Contribuição Definida - CD e em ambos o regime atuarial de financiamento é o de capitalização.

Segundo as disposições do Regulamento do Plano BD, a contribuição normal da ELETRONUCLEAR é composta de uma parcela mensal equivalente a dos participantes ativos que é de: 2,4% sobre a parcela dos salários até ½ teto de contribuição da Previdência Social; 4,6% sobre a parcela dos salários de ½ teto até 1 teto de contribuição da Previdência Social e 13,0% sobre a parcela dos salários acima de 1 teto de contribuição da Previdência Social; e de uma parcela específica e permanente de 5,09% sobre o total da folha de pagamento.

Na data de encerramento do exercício, o número de participantes no plano BD da Fundação era:

PARTICIPANTES BD	BD TOTAL		ELETRONUCLEAR	
	2008	2007	2008	2007
- Ativos	3.625	3.676	788	801
- Assistidos	5.611	5.661	283	278
- Beneficiários	1.080	1.016	35	28
TOTAL	10.316	10.353	1.106	1.107

As contribuições normais da ELETRONUCLEAR à REAL GRANDEZA, apropriadas no exercício para a constituição das provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD, atingiram R\$ 10.640 mil (R\$ 9.991 mil - 2007).

A ELETRONUCLEAR apropriou no exercício o valor de R\$ 2.850 mil (R\$ 2.533 mil - 2007) para cobertura das despesas administrativas do Plano BD.

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos previdenciários vencidos com a REAL GRANDEZA.

a.1) Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON, NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre Contabilização de Benefícios a Empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial referente à participação da ELETRONUCLEAR no plano BD da REAL GRANDEZA, efetuada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, atuário independente de todo o sistema ELETROBRÁS.

**a.1-1) Avaliação atuarial referente ao Plano Benefício Definido da participação da ELETRONUCLEAR**

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(464.973)	404.386	45.777	(14.810)
Custo do serviço corrente	(9.209)	-	-	(9.209)
Custo dos juros	(48.410)	-	-	(48.410)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	44.341	-	44.341
Ganhos ou perdas atuariais	(54.424)	56.360	(1.936)	-
Contribuições pagas	-	39.152	-	39.152
Benefícios pagos pelo plano	12.534	(12.534)	-	-
Valor ao final do exercício de 2007	(564.482)	531.705	43.841	11.064
Custo do serviço corrente	(12.735)	-	-	(12.735)
Custo dos juros	(56.733)	-	-	(56.733)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	59.472	-	59.472
Ganhos ou perdas atuariais	1.535	(7.792)	6.257	-
Contribuições pagas	-	4.598	-	4.598
Benefícios pagos pelo plano	21.962	(21.962)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(610.453)	566.021	50.098	5.666

a.1-2) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM 371/00**Bases de dados**

Foram fornecidas pela Companhia, com a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Hipóteses gerais

- Data inicial do benefício – Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros, aquela mais imediata em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.
- Taxa de inflação – De acordo com as premissas estabelecidas pela ELETROBRÁS, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 5,2% ao ano.
- Índice de dependência principal – Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.
- Idade do cônjuge – Quando não disponível o dato efetivo no cadastro, considerou-se do sexo feminino quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.



- Idade de vinculação ao regime geral – Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se de 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

Outras hipóteses atuariais e financeiras

- Mortalidade e sobrevivência > Tábua Geral AT-83.
- Entrada em invalidez > Tábua “Wyatt-85-1”.
- Mortalidade de inválidos > Tábua RP-2000.
- Rotatividade > T-1 ST-20%.
- Taxa de juros de longo prazo > 6% ao ano.
- Taxa de retorno de curto prazo > Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, esta taxa foi estabelecida em 11,51%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.
- Incremento salarial > A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 1,4% ao ano.
- Incremento de benefícios do regime geral > Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos > Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.

a.1-3) Registro contábil pela CVM 371/00

Em 31/12/07, a ELETRONUCLEAR registrou como receita do exercício, a parcela relativa exclusivamente aos contratos pactuados junto à Fundação Real Grandeza, no montante de R\$ 136.661 mil, tendo como contrapartida conta redutora de passivo. Em 31/12/08 à título de melhoria na divulgação de suas informações, o montante foi reclassificado para o ativo da ELETRONUCLEAR.

O saldo dos contratos acima referido, em 31/12/08, está registrado nos passivos circulante e não circulante (Ver item b3 dessa Nota). Os valores destes contratos estão com seus pagamentos regulares, corroborando a boa capacidade da ELETRONUCLEAR em cobrir eventuais insuficiências dos ativos do plano quando das avaliações atuariais

Considerando que no cálculo da avaliação atuarial na forma da Deliberação CVM nº 371/00, os montantes dos referidos contratos são expurgados na determinação do valor justo dos ativos, conforme previsto do art. 60, desta mesma Deliberação; considerando ainda que, a ELETRONUCLEAR como Patrocinadora, é garantidora e responsável pela formação e realização destes ativos; e finalmente, considerando que o resultado da avaliação atuarial da REAL GRANDEZA, segundo os termos da referida Deliberação CVM, apresentou situação superavitária em 2008, o direito fica mantido em conta de ativo a título de diferimento, e corresponde a R\$ 126.708 mil em 31/12/08.

O superávit apresentado, aliado à realização dos referidos instrumentos financeiros, minimiza o risco futuro de eventual passivo atuarial. De acordo com as condições estabelecidas pela Deliberação CVM nº 371/00, a Companhia não reconheceu contabilmente o resultado positivo, além dos montantes não incluídos no valor justo dos ativos.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Os valores registrados estão sujeitos a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

b) Déficit atuarial

b-1) Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas

Em 14/12/00, a ELETRONUCLEAR celebrou com a Fundação um “Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívidas, Obrigação de Pagamento e Outras Avenças”, no valor de R\$ 84.510 mil - base 31/12/99, consolidando, para pagamento em 144 parcelas mensais a partir de janeiro de 2001.

O saldo do termo de reconhecimento e consolidação de dívidas em 31/12/08, corresponde a R\$ 85.760 mil (R\$ 94.173 mil - 31/2/07), dos quais R\$ 19.604 mil classificados no passivo circulante (R\$ 16.706 mil - 31/12/07) e R\$ 66.156 mil no passivo não circulante (R\$ 77.467 mil - 31/12/07).

b-2) Contrato de Reserva a Amortizar

Em 13/10/03, a REAL GRANDEZA firmou com a ELETRONUCLEAR o denominado Contrato da Reserva a Amortizar, correspondendo às parcelas de déficit de responsabilidades das mesmas, referentes ao atendimento à EC nº 20/98, no montante de R\$ 32.775 mil, referidos a novembro de 2001. Este montante corrigido com base no fator de atualização do plano BD, isto é, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE), e acrescido de juros de 6% ao ano, a ser pago em 144 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2004.

O saldo dessa obrigação em 31/12/08, monta R\$ 40.948 mil (31/12/07 - R\$ 42.488 mil), dos quais R\$ 5.052 mil estão classificados no passivo circulante (31/12/07 - R\$ 4.475 mil) e R\$ 35.896 mil no passivo não circulante (31/12/07- R\$ 38.013 mil).

b-3) Quadro sintético do saldo das dívidas

Segundo as disposições contidas no Termo de Reconhecimento e Consolidação de Dívida, bem como no Contrato de Reserva a Amortizar, a movimentação e composição das dívidas estão assim compreendidas:

MOVIMENTAÇÃO DA DÍVIDA	R\$ MIL		
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2007	21.182	115.480	136.662
Juros incorridos no exercício	7.797	-	7.797
Variação monetária incorrida no exercício	2.126	10.226	12.352
Pagamentos realizados no exercício	(30.103)	-	(30.103)
Transferência para o Circulante	23.654	(23.654)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	24.656	102.052	126.708

**b-4) Dívida total por vencimento**

VENCIMENTO	R\$ MIL
2009	24.656
2010	25.926
2011	27.482
2012	29.131
2013	6.129
2014	6.497
2015	6.887
TOTAL	126.708

II) NUCLEOS**a) Informações gerais**

O NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social tem como suas patrocinadoras: Eletrobrás Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR; Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP e NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O atual plano de benefícios do NUCLEOS é do tipo Benefício Definido e o seu regime atuarial de financiamento é o de capitalização individual.

Na data do encerramento das Demonstrações Contábeis o número de participantes do NUCLEOS era:

PARTICIPANTES	SISTEMA NUCLEOS		ELETRONUCLEAR	
	2008	2007	2008	2007
- Ativos	2.547	2.548	1.165	1.240
- Assistidos	700	632	144	136
- Beneficiários	181	165	36	34
TOTAL	3.428	3.345	1.345	1.410

Segundo as disposições contidas no Plano Básico de Benefícios, o custeio da entidade, reavaliado anualmente, aponta que a ELETRONUCLEAR deverá contribuir mensalmente com uma parcela equivalente à aplicação de uma taxa de 8,25% sobre a folha salarial de empregados participantes do NUCLEOS, sendo 3,92% correspondente ao custo normal e 4,33% para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado.

Considerando que o parágrafo 3º, do artigo 202, da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98, dispõe que é vedado o aporte de recursos à entidade de previdência privada por sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do participante.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

Considerando ainda, que os participantes do NUCLEOS contribuem para entidade com uma parcela mensal equivalente, em média, à aplicação de uma taxa de 3,92% da mesma folha, conclui-se que a relação entre as taxas de contribuição normal da patrocinadora e participantes atendem à determinação legal contida no parágrafo anterior.

A contribuição de 4,33%, vertida pela ELETRONUCLEAR ao NUCLEOS, para a cobertura da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado é referente ao pagamento de 240 prestações mensais, a partir de dezembro de 2000 até junho de 2020, com incidência inclusive sobre o 13º salário de cada ano, para cobertura de compromissos especiais em função da Reserva de Tempo Anterior.

As contribuições normais ao Instituto NUCLEOS, apropriadas, no exercício, para a constituição das reservas matemáticas de benefícios a conceder, atingiram R\$ 11.484 mil (R\$ 10.166 mil - 2007).

Ao encerramento do exercício, a ELETRONUCLEAR não apresentava débitos vencidos com o NUCLEOS.

b) Balanço patrimonial do NUCLEOS

Relativamente aos resultados obtidos na data base de 31 de dezembro de 2008, considerando o patrimônio líquido de exigíveis e fundos de R\$ 999.138 mil e o exigível atuarial de R\$ 1.048.508 mil, constata-se uma insuficiência patrimonial no valor de R\$ 49.370 mil.

De acordo com o artigo 58, da Resolução CGPC nº 26/08, não há necessidade de equacionamento imediato do déficit se o mesmo for conjuntural, de valor inferior a 10% do exigível atuarial e que o fluxo financeiro seja suficiente pra a cobertura dos compromissos do exercício seguinte ao da ocorrência do déficit.

O déficit apurado em 31 de dezembro de 2008, correspondente a 4,7% do exigível atuarial, é essencialmente conjuntural, tendo em vista que as oscilações desfavoráveis do patrimônio do plano de benefícios administrado pelo NUCLEOS são decorrentes da forte crise econômica que abalou o mercado financeiro no segundo semestre de 2008. O NUCLEOS tem um fluxo financeiro positivo, pois as receitas de contribuição projetadas para o próximo exercício são superiores à folha de benefícios esperada para o mesmo período. Assim sendo, foi recomendado pela assessoria atuarial externa – Towers Perrin - aguardar a apuração dos resultados do final do exercício de 2009 para se tomar qualquer medida quanto ao equacionamento do déficit.

c) Deliberação CVM nº 371/00

Em atendimento ao pronunciamento IBRACON NPC nº 26, aprovado pela Deliberação CVM nº 371 de 13/12/00, que dispõe sobre contabilização de benefícios a empregados, seguem abaixo os resultados da avaliação atuarial referente à participação da ELETRONUCLEAR no NUCLEOS, efetuada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, atuário independente de todo o sistema ELETROBRÁS.

**c.1) Avaliação atuarial da participação da ELETRONUCLEAR**

Reconciliação do Passivo	R\$ MIL			
	Vr Presente Obrigações Atuariais	Vr Justo dos Ativos do Plano	(Ganhos) / Perdas Atuariais	(Passivo) / Ativo Líquido Total
Valor do início do exercício de 2007	(317.415)	253.651	(44.234)	(107.998)
Custo do serviço corrente	(12.702)	-	-	(12.702)
Custo dos juros	(35.489)	-	-	(35.489)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	29.003	-	29.003
Amortizações	-	-	781	781
Ganhos ou perdas atuariais	(33.516)	111.230	(77.714)	-
Contribuições pagas	-	13.094	-	13.094
Benefícios pagos pelo plano	6.895	(6.894)	-	1
Valor ao final do exercício de 2007	(392.227)	400.084	(121.167)	(113.310)
Custo do serviço corrente	(18.462)	-	-	(18.462)
Custo dos juros	(43.923)	-	-	(43.923)
Rendimento esperado sobre os ativos	-	45.568	-	45.568
Amortizações	-	-	5.072	5.072
Ganhos ou perdas atuariais	11.734	(75.651)	63.917	-
Contribuições pagas	-	18.452	-	18.452
Benefícios pagos pelo plano	7.239	(7.239)	-	-
Valor ao final do exercício de 2008	(435.639)	381.214	(52.178)	(106.603)

c.2) Insuficiência do ativo líquido

A insuficiência do ativo líquido, ao final do exercício de 2008, apurado pelo Método do Crédito Unitário Projetado e à luz da Deliberação CVM nº 371/00, no valor de R\$ 106.603 mil, correspondente ao passivo atuarial da ELETRONUCLEAR, é resultante: (i) da aplicação do critério de avaliação atuarial diferente daquele utilizado pelo Instituto, que se vale do Método Agregado, além dos ajustes nas hipóteses atuariais utilizadas nos cálculos (ii) do NUCLEOS considerar o acordo de financiamento da dívida da INB como parte dos recursos garantidos dos compromissos assumidos com seus participantes e assistidos; e (iii) do fato do custeio do plano de benefícios ser compartilhado entre as patrocinadoras, em função da solidariedade.

Esse passivo atuarial foi reconhecido nos resultados dos exercícios de 2002 a 2008, a saber: 2002 = R\$ 70.344 mil; / 2003 = R\$ 17.216 mil; / 2004 = R\$ 2.477 mil; / 2005 = R\$ 9.476 mil; / 2006 = R\$ 8.485 mil; / 2007 = R\$ 5.312 mil; e em 2008, a reversão de R\$ 6.707 mil.



c.3) Premissas utilizadas na avaliação atuarial Deliberação CVM nº 371/00

Bases de dados

Foram fornecidas pela Companhia, com a base de dados dos participantes ativos e inativos, incluindo pensionistas, contendo matrículas, datas de nascimento, admissão e salários correntes. Também foram fornecidos os regulamentos de benefícios, informações contábeis e financeiras na data da avaliação, relatórios similares elaborados sob as normas da CVM no exercício anterior, assim como aqueles exigidos e encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social.

Hipóteses gerais

- Data inicial do benefício – Para fins de avaliações dos benefícios pós-emprego, foi considerada como data inicial do fluxo de compromissos futuros aquela mais imediata, em que os participantes adquirem o direito ao gozo dos benefícios.
- Taxa de inflação – De acordo com as premissas estabelecidas pela ELETROBRÁS, com base em estudos internos, a taxa de inflação adotada nas avaliações de todas as empresas do grupo foi estabelecida em 5,2% ao ano.
- Índice de dependência principal – Considerou-se que 95% dos participantes ativos do sexo masculino terão um cônjuge no momento de aposentadoria.
- Idade do cônjuge – Quando não disponível o dato efetivo no cadastro, considerou-se, do sexo feminino, quatro anos mais jovem que o titular dos benefícios.
- Idade de vinculação ao regime geral – Quando não disponível o dado efetivo, considerou-se de 18 anos como momento inicial de vinculação ao regime geral.

Outras hipóteses atuariais e financeiras

- Mortalidade e sobrevivência > Combinação da Tábua GAM-71 com a AT-2000 (60%) e para os inativos foi adotada a Tábua AT-2000.
- Entrada em invalidez > Tábua “Álvaro Vindas”.
- Mortalidade de inválidos > Tábua AT-49.
- Rotatividade > 1% com limite aos 47 anos.
- Taxa de juros de longo prazo > 6% ao ano.
- Taxa de retorno de curto prazo > Refletindo o custo de oportunidade de curto prazo na economia brasileira, essa taxa foi estabelecida em 11,51%, compatível com o perfil de ativos financeiros garantidores. Foi adotada a mesma taxa no desconto de curto prazo.
- Incremento salarial > A taxa real de incremento dos salários a longo prazo foi adotada em 2,12% ao ano.
- Incremento de benefícios do regime geral > Não foi considerado qualquer incremento real nos benefícios pagos pela previdência social.
- Incremento nos benefícios dos planos > Não foi considerado qualquer incremento real no valor dos benefícios depois de concedidos.
- Fatores de capacidade > Em 0,978.

**NOTA 22 – SALDO E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo venda de energia elétrica, em tarifas aprovadas pela ANEEL, e empréstimos e financiamentos contraídos junto a controladora ELETROBRÁS. Todas as demais transações são efetuadas em similaridade com o praticado no mercado.

R\$ MIL								
SALDOS	2008							2007
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETROPAR	TOTAL	TOTAL
Concessionárias	-	284.037	-	-	-	-	284.037	-
Fundo descomissionamento	41.860	-	-	-	-	-	41.860	-
Contas a receber	2.818	-	-	-	-	17	2.835	-
Contas a pagar	(3.412)	-	-	-	-	-	(3.412)	-
Fornecedores	-	(1.238)	(148)	(97)	(108)	-	(1.591)	(1.586)
Financiamentos captados	(2.897.934)	-	-	-	-	-	(2.897.934)	(2.449.195)
Saldo Líquido	(2.856.668)	282.799	(148)	(97)	(108)	17	(2.574.205)	(2.450.781)
TRANSAÇÕES	2008							2007
	ELETROBRÁS	FURNAS	CHESF	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETROPAR	TOTAL	TOTAL
Venda de energia	-	1.569.817	-	-	-	-	1.569.817	1.355.885
Cessão de funcionários	3.429	-	-	-	-	200	3.629	3.437
Receita financeira	9.958	-	3	-	-	-	9.961	3
Despesa financeira	(129.410)	-	-	-	-	-	(129.410)	(137.332)
Encargos uso da rede elétr.	-	(8.036)	(5.016)	(3.236)	(3.612)	-	(19.900)	(19.261)
Publicações oficiais	(620)	-	-	-	-	-	(620)	-
R G R	(43.859)	-	-	-	-	-	(43.859)	(34.429)
Saldo Líquido	(160.502)	1.561.781	(5.013)	(3.236)	(3.612)	200	1.389.618	1.168.303

NOTA 23 – SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**a) Remuneração**

O Suprimento de energia elétrica das usinas nucleares Angra 1 e Angra 2, fornecida à FURNAS, de 12.851.577 MWh (11.334.548 MWh - 2007), corresponde a uma receita no exercício de R\$ 1.569.817 mil (R\$ 1.355.885 mil - 2007).

Os valores da tarifa contratual de energia da ELETRONUCLEAR praticados em 2008 e 2007 foram os seguintes:

De 01/01/07 a 04/12/07 > R\$ 113,23 /MWh - Resolução ANEEL nº 400, de 05/12/06;

De 05/12/07 a 04/12/08 > R\$ 120,35 /MWh - Resolução ANEEL nº 570, de 04/12/07;

De 05/12/08 a 31/12/08 > R\$ 130,79 /MWh - Resolução ANEEL nº 747, de 02/12/08.



ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

b) Nível de eficiência

Os dados do potencial instalado “versus” utilização são demonstrados no quadro abaixo:

USINA	POTÊNCIA NOMINAL (MW)	ENERGIA CONTRATADA (MW médios)	GERAÇÃO BRUTA (MW médios)	
			2008	2007
- Angra 1	657	367	400	309
- Angra 2	1.350	1.108	1.194	1.102
TOTAL	2.007	1.475	1.594	1.411

NOTA 24 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O quadro abaixo apresenta uma síntese do resultado pelas grandes rubricas:

RESULTADO	R\$ MIL	
	2008	2007
Receita operacional líquida	1.471.755	1.271.697
Custo de Operação	(948.722)	(986.692)
Lucro Operacional Bruto	523.033	285.005
Despesa Operacional	(136.320)	(105.349)
Resultado do Serviço	386.713	179.656
Resultado financeiro	(589.158)	(53.282)
Outras despesas	(330)	(507)
Lucro (prejuízo) operacional	(202.775)	125.867
Contribuição Social e Imposto de Renda	(79.295)	(1.212)
Participação no Lucros	-	(6.987)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(282.070)	117.668

A Companhia apurou no exercício de 2008, um prejuízo líquido de R\$ 282.070 mil, enquanto que no exercício de 2007, o resultado registrou lucro líquido de R\$ 117.668 mil.

O Prejuízo do Exercício é explicado essencialmente pelos efeitos do resultado financeiro, que se apresentou negativo em R\$ 589.158 mil, enquanto que em 2007 o resultado financeiro negativo foi de R\$ 53.282 mil.

O Resultado do Serviço da Companhia de R\$ 386.713 mil demonstra um crescimento de 115% em relação ao resultado de 2007, quando o valor foi de R\$ 179.656 mil.



Abaixo os principais fatores que afetaram o resultado financeiro da companhia no exercício de 2008:

a) Encargos de Dívidas

As despesas de encargos financeiros de R\$ 315.992 mil, dos quais registra uma parcela de R\$ 308.195 mil relativos a juros sobre empréstimos e financiamentos obtidos da ELETROBRÁS, registrou um crescimento de 13% em relação à despesa de mesma natureza incorrida em 2007, que foi de R\$ 278.344 mil.

b) Variações monetárias e Cambiais

As Variações monetárias e cambiais passivas e ativas líquidas, que no exercício de 2008 se apresentaram negativas em R\$ 351.784 mil, diferentemente da posição das variações de 2007, que se apresentaram positivas em R\$ 78.243 mil, estão assim compostas:

- Despesa financeira de variação cambial de R\$ 153.268 mil, incorrida sobre o passivo para descomissionamento, originada pela valorização do Dólar Norte-Americano frente ao Real de 32%, no ano de 2008. No exercício de 2007, a variação cambial sobre o descomissionamento se apresentou positiva (receita) em R\$ 77.323 mil, pois naquele período o Dólar teve uma desvalorização de 17% frente ao Real;
- Despesa financeira de variação cambial de R\$ 61.100 mil, calculada sobre as dívidas em Euros de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS e de fornecedores estrangeiros, causada pela valorização do Euro frente ao Real de 24%, no ano de 2008. No Exercício de 2007, a variação cambial sobre as dívidas em Euro se apresentou positiva (receita) em R\$ 85.272 mil, pois naquele período o Euro teve uma desvalorização de 7% frente ao Real;
- Despesa de variação monetária de R\$ 137.416 mil, com destaque para as dívidas em Real de empréstimos e financiamentos da ELETROBRÁS, que atingiram R\$ 126.870 mil, contra R\$ 77.300 mil em 2007. O crescimento nessa rubrica de 77%, foi ocasionado pela aceleração dos índices de inflação, indexadores dos contratos, e pelo fato de que no exercício de 2008, houve uma renegociação da dívida com a Controladora, convertendo dívidas de Euro para Real, o que levou a um aumento do estoque da dívida em Reais.

c) Avaliação do resultado operacional e do prejuízo do exercício de 2008

Em resumo, constata-se que mesmo tendo a Companhia um lucro de R\$ 386.713 mil como Resultado do Serviço, equivalente a 26% de Margem Operacional do Serviço, o resultado financeiro negativo, fortemente influenciado pelos encargos e variações monetárias sobre as obrigações de financiamentos e de Descomissionamento, mudou a condição do resultado para um prejuízo operacional de R\$ 202.775 mil, que equivale a Margem Operacional negativa de 13%.



ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A.

ELETRONUCLEAR

CNPJ: 42.540.211/0001-67

NOTA 25 - SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

O montante global segurado em 31/12/08 é de R\$ 4.736.599 mil, assim distribuído:

SEGUROS	MOEDA - R\$ MIL		
	VIGÊNCIA	VALOR SEGURO	PRÊMIO
Riscos nucleares			
- Danos materiais	31/05/09	2.337.000	7.528
- Responsabilidade civil	31/05/09	399.160	2.040
Armazenamento de equipamentos	Constr. Angra 3	1.779.348	6.181
Diversos	Diversas	221.091	145
TOTAL		4.736.599	15.894

NOTA 26 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

A maior e a menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, foram de R\$ 27.776,98 e R\$ 1.374,63 (R\$ 24.834,93 e R\$ 1.016,76 - dez/2007) respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela ELETRONUCLEAR. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2008, correspondeu a R\$ 25.367,00 (R\$ 24.312,23 – dez/2007).

NOTA 27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando as características próprias da Companhia, no âmbito particular e do setor elétrico em geral, destacam-se como valores significativos, suscetíveis de avaliação pelo valor de mercado, os valores relativos aos contratos de mútuo, captados diretamente da controladora ELETROBRÁS, para financiamentos dos empreendimentos.

A taxa de mercado (o custo de oportunidade do capital da empresa) é definida pela ELETROBRÁS, levando-se em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento dos seus projetos de expansão, o valor de mercado destes empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

A Companhia não mantém operações referentes a contratos futuros, swap e outros derivativos financeiros.



NOTA 28 - RISCOS OPERACIONAIS

A operação da Companhia compreende a geração de energia elétrica (Vide Nota 23), fornecida por intermédio das linhas de transmissão do Sistema Interligado Nacional e recebida pelas Distribuidoras nas suas redes de distribuição para entrega aos consumidores finais, e, compreende 3% da energia produzida no país, equivalente a 50% da energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro.

Os principais fatores de riscos de mercado, que afetam e/ou podem afetar o negócio da Companhia, podem ser assim enumerados:

- **Risco de Crédito**

A ELETRONUCLEAR, conforme descrito nas Notas 1 e 4, tem a totalidade da sua geração de energia elétrica comercializada com FURNAS, empresa do sistema ELETROBRÁS, que fornece uma parcela significativa da energia elétrica produzida no País.

- **Risco de taxa de câmbio**

O endividamento e os demais passivos indexados à moeda estrangeira são afetados pelas flutuações do EURO e do dólar norte-americano. Não há operações financeiras contratadas que protejam a Companhia dessa exposição, tendo em vista os custos envolvidos e o atual estágio de estabilidade observado na economia brasileira. A totalidade da dívida da ELETRONUCLEAR está garantida pela ELETROBRÁS.

- **Riscos ambientais**

Os riscos ambientais são monitorados por superintendência especializada da Companhia. A ELETRONUCLEAR tem como diretriz conhecer todas as eventuais interferências que o funcionamento das suas usinas possa causar ao meio ambiente e, também, o aprimoramento contínuo das atividades produtivas, adotando técnicas que conduzam a melhores resultados, em harmonia com o meio ambiente. As usinas Angra 1 e Angra 2 estão de acordo com a legislação ambiental em vigor.

NOTA 29 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05/03/09, foi expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA a Licença de Instalação nº 591/2009, à ELETRONUCLEAR, autorizando a instalação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) – Unidade 3, para a geração de energia elétrica, com potência térmica de 3.765 MWt e potência elétrica de 1.350 MWe, localizada na Praia de Itaorna, em Angra dos Reis - RJ, denominada Angra 3, com prazo de validade de seis anos, a partir desta data, observadas as condicionantes estabelecidas na referida Licença;

Em 09/03/09, a Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN concedeu à ELETRONUCLEAR, pela Portaria CNEN/PR nº 016, a Licença Parcial de Construção para a Unidade 3 (Angra 3) da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, restrita à reconstituição (concretagem complementar) da área destinada à construção das edificações de segurança nuclear da instalação e à impermeabilização na região do Edifício do Reator e do Edifício Auxiliar do Reator, sujeita às condições estabelecida na referida Portaria, o que possibilita a retomada efetiva das obras de construção da usina Angra 3.